

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**GABRYELLE PRISCILA LOBÃO DOS SANTOS**

**CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** Compreensão e Interesse dos  
Cidadãos.

São Luís  
2017

**GABRYELLE PRISCILA LOBÃO DOS SANTOS**

**CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: compreensão e interesse  
dos cidadãos.**

Monografia apresentada ao curso de Administração da Universidade Estadual do Maranhão, em cumprimento das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Ma. Tatiana Alves de Paula

São Luís  
2017

Santos, Gabryelle Priscila Lobão dos.

Controle social da administração pública: compreensão e interesse dos cidadãos/ Gabryelle Priscila Lobão dos Santos. – São Luís, 2017.  
57f.

Monografia (Graduação) – Curso de Administração, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Profa.Me.Tatiana Alves de Paula.

1. Administração pública. 2. Controle social. 3. Compreensão.  
4. Interesse. 5. Cidadãos. I. Título.

CDU 005:351.9

**GABRYELLE PRISCILA LOBÃO DOS SANTOS**

**CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** compreensão e interesse dos cidadãos

Monografia apresentada ao curso de Administração da Universidade Estadual do Maranhão, em cumprimento das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Ma. Tatiana Alves de Paula

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup>Ma. Tatiana Alves de Paula**  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**Prof.Me. Celso Antônio Lago Beckman**  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**Prof. Railson Marques Garcez**  
Universidade Estadual do Maranhão

*Dedico este trabalho aos meus familiares, em especial aos meus pais. Mãe você que sempre se dedicou a mim e meu irmão, me aconselhou e incentivou em todas as etapas da minha vida até aqui, sempre me encorajou na construção da minha vida acadêmica e profissional. Pai, você que sempre lutou para oferecer a mim e meus irmãos condições as quais nos permitiu priorizar a nossa vida de estudante. Mãe e pai, realizar este sonho é uma vitória construída por nós.*

## AGRADECIMENTOS

O caminho que percorri até este momento de realização profissional e pessoal foi enorme e várias pessoas que passaram pela minha vida tiveram uma parcela de colaboração para que este momento viesse ser realizado.

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela oportunidade do existir e por ter guiado meu caminho para que esta conquista acontecesse.

Aos meus pais, Gizelda Lobão e Guilherme Gomes, que me amam todos os dias, que me apoiam quando preciso, incentivam minhas escolhas sempre as aconselhando para que a cada dia eu possa ser uma pessoa melhor e alcançar tudo aquilo o que sempre desejaram para minha vida.

Aos meus irmãos, Guilherme Júnior, Saulo Jefferson, Anderson Willyam e Vinicius Heitor, que me ensinaram a ser uma pessoa melhor com situações da nossa vida familiar que posteriormente refletiram de forma positiva na minha vida acadêmica, e por sempre depositaram confiança em mim, proporcionar dias mais felizes, eu amo vocês.

A minha orientadora, Profa. Ma. Tatiana Alves de Paula que foi a instigadora para a realização e escolha do tema deste trabalho. Eximia professora, altamente comprometida e preparada oferece aos seus alunos condições que contribuem para uma construção de conhecimento que refletirá na vida profissional e pessoal destes. Muito obrigada por apoiar a minha causa e enriquecer o meu intelecto com seu conhecimento.

De forma geral, aos tios, tias, primos, primas, amigos e colegas que tiveram sua parcela de contribuição para a realização deste trabalho.

*“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível”.*

---

*(Charles Chaplin)*

## **RESUMO**

A presente monografia aborda questões referentes ao Controle Social da Administração Pública tendo como foco principal a compreensão e o interesse dos cidadãos, e de acordo com as informações mencionadas, percebe-se a necessidade de despertar nos cidadãos as suas qualidades de principal agente fiscalizador dos recursos públicos. A pesquisa trata da democracia participativa e objetiva investigar os fatores que influenciam a efetividade do Controle Social, através da busca de evidências motivacionais que desencadeiam a procura ou não, pelas informações sobre as ações do governo. Através de um estudo de caso qualitativo, acompanhou-se a participação dos cidadãos nas ações públicas, fez-se o uso de questionário eletrônico para levantamento dos dados, pesquisa documental indireta em arquivos públicos, leis e resoluções. A análise dos dados possibilitou identificar as barreiras da efetividade do Controle Social e estabeleceu-se uma proposta para promover o seu desenvolvimento.

Palavras chaves: Administração Pública. Controle Social. Compreensão. Interesse. Cidadãos.



## **ABSTRACT**

This present undergraduate thesis addresses questions about Social Control of Public Administration having as main focus the understanding and interest of citizens, according to the information mentioned, is perceived the need to awaken in citizens their own qualities of main supervisors of public resources. The research deals with participatory democracy and targets to investigate the factors that influences the effectiveness of Social Control, through the search for motivational evidence that triggers the demand or not, for information about government actions. Through a qualitative case study, the participation of citizens in public actions was monitored, an electronic questionnaire was used to get data, an indirect documentary research was done in public archives, laws and resolutions. The data analysis made possible to identify the barriers of Social Control effectiveness and a proposal was made to promote its development.

**Keywords:** Public Administration, Social Control. Comprehension. Interest. Citizens.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Faixa etária dos pesquisados.....	35
Gráfico 2- Sexo dos pesquisados.....	36
Gráfico 3- Profissão dos pesquisadores.....	37
Gráfico 4- Qual dos termos abaixo vem na sua mente quando ouve falar sobre “controle social”.....	38
Gráfico 5- O que é orçamento público?.....	39
Gráfico 6- Você já buscou fiscalizar os gastos de algum órgão público?.....	40
Gráfico 7- Se já buscou fiscalizar, como eram as informações?.....	41
Gráfico 8- Você tem interesse em saber como são gastos os impostos que você paga?.....	42
Gráfico 9- Em sua opinião, o que atrapalha o cidadão no entendimento sobre Orçamento Público.....	43
Gráfico 10- De que forma a participação popular no Controle Social poderia melhorar?.....	44
Tabela 1 - Grau de instrução dos Pesquisados.....	36

## LISTA DE SIGLAS

CGU	Controladoria Geral da União
CF	Constituição Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
OP	Orçamento Participativo
PPA	Plano Plurianual
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
LAI	Lei de Acesso à Informação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LOA	Lei Orçamentária Anual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MTO	Manual Técnico do Orçamento
MEC	Ministério da Educação
TCU	Tribunal de Contas da União

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	15
<b>2.1</b>	<b>A Administração Pública</b>	16
<b>2.2</b>	<b>Participação dos cidadãos na Administração Pública</b>	17
<b>2.3</b>	<b>A participação popular na Constituição Federal de 1988</b>	18
<b>2.4</b>	<b>O Controle Social da Administração Pública</b>	19
2.4.1	Democracia Participativa	21
2.4.1.1	Orçamento Participativo	22
2.4.1.2	Referendos e Plebiscitos	23
2.4.1.3	Audiências Públicas	23
<b>2.5</b>	<b>A <i>Accountability</i> como ferramenta de Controle Social</b>	24
<b>2.6</b>	<b>A Lei de Responsabilidade Fiscal</b>	25
<b>2.7</b>	<b>Disponibilidade da informação pública</b>	27
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	32
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA</b>	35
<b>4.1</b>	<b>Perfil dos Pesquisados</b>	35
4.1.1	Sexo	35
4.1.2	Grau de Instrução	36
4.1.3	Profissão	37
<b>4.2</b>	<b>Dados coletados específico ao tema</b>	37
4.2.1	Controle Social	38
4.2.2	Orçamento Público	39
4.2.3	Exercício do Controle Social	40
4.2.4	Impostos	42
4.2.5	Opinião sobre as barreiras e o desenvolvimento do Controle Social	43
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	46
	<b>REFERÊNCIAS</b>	49
	<b>APÊNDICE</b>	52

## 1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública é o conjunto de leis, funções desempenhadas e normas determinadas na Constituição Federal (CF) que vão organizar o Estado em todas as suas eminências e tem como objetivo principal trabalhar a favor do bem comum e dos interesses e direitos dos cidadãos que administra. Caso contrário Meirelles apresenta (apud ZENI, 2004, P. 20):

[...]deixar de exercer e defender os poderes necessários à consecução dos fins sociais, que constituem a única razão de ser da autoridade pública de que é investido importará renunciar os meios indispensáveis para atingir os objetivos da administração. De outra forma, o gestor público deve ajustar-se aos seus mandamentos e dirigir sua administração no sentido de atender os princípios éticos ligados à administração pública.

Nos últimos anos, a fluidez das diretrizes do Estado deixou de ser exclusivamente burocrática, alcançando o nível democrático, no qual as ordens partem de baixo para cima e não de cima para baixo.

É por meio dos recursos provenientes da sociedade civil que o governo realiza as ações de interesse público. A concretização dos programas de governo e as políticas públicas são colocadas em ação por meio da despesa pública. Os recursos financeiros para as despesas públicas são arrecadados da população por meio dos impostos, taxas e contribuições que são aplicados conforme as Leis, proporcionando ao estado viabilizar e realizar gastos com o desenvolvimento social e econômico do país e é em virtude da responsabilidade para com o patrimônio pertencente à sociedade que o Estado tem a obrigação de prestar conta aos seus cidadãos.

A prestação de conta e o controle promovem a transparência dos atos administrativos do governo, como sabido, devem sempre se pautar pela legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade (art. 37, da CF), pautadas nesses instrumentos fundamentais o governo poderá garantir uma gestão pública responsável.

A aproximação da sociedade civil com a gestão dos recursos públicos veio com o desenvolvimento das sociedades que traz a cena cidadãos dispostos a reivindicar seus direitos. A Constituição Federal de 1988 assegura a participação e o controle social sobre a Administração Pública como meios do exercício legal da cidadania.

Nunca se falou tanto da participação da sociedade nas finanças públicas como atualmente. Os Tribunais de Contas e dos órgãos de controle interno, e as fraudes denunciadas

pela imprensa buscam aproximar a assimilação da sociedade ao conceito de que o principal fiscal da atuação do poder público é o cidadão.

O controle social é a integração da sociedade com a administração pública, ferramenta que torna possível a participação nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos cidadãos nas políticas públicas além de questionar a credibilidade de seus atos quando necessário para assegurar a conformidade das condutas, valores e normas estabelecidos. Os cidadãos constituem uma parcela importante na tarefa de exercer o controle social dos gastos com a ajuda de cada um será mais fácil fiscalizar os gastos do Governo Federal em todo Brasil e garantir, assim, a correta aplicação dos recursos públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) estabelece as normas das finanças públicas e deixa claro em seu art.48 o incentivo à participação popular através das audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Entretanto a participação democrática popular tem esbarrado em alguns entraves, seja no âmbito estrutural de como é feita a divulgação dos atos das instituições públicas ou cultural de uma sociedade que não está habituada a exercer os seus direitos de fiscalizar as aplicações dos recursos públicos.

A compreensão dessas informações tem sido um fator comprometedor na extensão do controle social já que o Orçamento Público é uma área complexa e utiliza de uma linguagem altamente técnica tornando o conteúdo pouco interessante para sociedade, com isso podemos concluir que a falta de compreensão, o incentivo e a oportunidade de aprender são requisitos ausentes neste contexto, tirando a efetividade do controle social.

Logo, se há dificuldade de compreender um tema é por consequência da falta de conhecimento acerca deste tema, entender a sistemática da máquina pública e a elaboração e execução orçamentária não poderá ser possível a menos que se estudem os mecanismos adotados na disposição das informações. Diante desses fatos constatamos que se deve construir o conhecimento.

Segundo Burgarin(2003) o período mais viável para a formação do instrumental cognitivo da população para a compreensão de seu papel no controle social do Estado é o escolar, pois o aluno ali está inclinado à construção de conhecimentos.

É fato que se vive em uma democracia participativa e que as ações da Administração Pública devem ser previamente planejadas. Toda informação produzida pelas instituições e órgãos públicos devem ser amplamente divulgadas para que todos os cidadãos tenham acesso

e através desta possam desempenhar a sua função de principal agente fiscalizador do Estado. Há também os mecanismos que garantem a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão das ações da gestão sendo que os seus interesses é que devem prevalecer.

Mas é perceptível que o Controle Social na Administração Pública não ocorre de fato e direito, já que constantemente representantes políticos são responsabilizados e denunciados por cometer improbidade administrativa, que inclusive é o contexto político que vive o país atualmente, seria possível maior controle das ações dos gestores públicos se os cidadãos soubessem compreender e utilizar as informações produzidas pelas instituições e órgãos durante o processo de realização destas ações e buscar participar e consultar dos mecanismos de aproximação da sociedade com a gestão.

Partindo da proposta de conhecer a compreensão e o interesse dos cidadãos pelo Controle Social da Administração Pública, surge a seguinte problematização: Quais os fatores influenciam a compreensão e interesse dos cidadãos pelo Controle Social da Administração Pública?

Assim conhecendo a atual situação política do país, os constantes desvios de verbas públicas e a insatisfação dos cidadãos com os representantes políticos, esta situação levou a reflexões e questionamentos, motivando o desenvolvimento do presente trabalho.

A partir das informações mencionadas, a pesquisa propõe como objetivo geral a investigação dos fatores que influencia a pouca efetividade, compreensão e interesse dos cidadãos pelo Controle Social da Administração Pública. Especificamente, este trabalho objetiva: a) fundamentar o controle social da Administração Pública segundo a Constituição Federal (1988), b) fazer o levantamento sobre os mecanismos dispostos para interação da sociedade e Administração Pública, c) evidenciar a falta de compreensão e motivação dos cidadãos em buscar participar adequadamente das políticas públicas mesmo com o governo dispondo uma gama de informações, e d) levantar propostas para que se inicie a educação cidadão a fim de estimular o desenvolvimento do controle social.

O interesse pelo tema proposto na pesquisa nasceu a partir da percepção da dificuldade no curso de graduação em administração da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, de incompreensão referente às informações fornecidas pelas instituições públicas. Logo, antes de nos tornarmos um graduando somos cidadãos e na lógica da democracia participativa deveríamos saber atuar na condução política do Estado.

De certo, notou-se que para ter a oportunidade de entender as informações divulgadas acerca dos gastos públicos, esta pequena parcela de graduandos e cidadãos precisou chegar

praticamente no final de uma graduação para conseguir construir um pouco do instrumento cognitivo necessário para melhor entendimento sobre como está sendo feita a alocação dos recursos públicos nas políticas públicas.

A pesquisa demonstra sua relevância por abordar um tema necessário que se compreendido sua importância e exercício poderá trazer maior desenvolvimento econômico, até por se tratar de uma ferramenta contra corrupção. Informar o tamanho do amparo que a Constituição proporciona para aos cidadãos na participação das decisões político administrativas pode começar a mudar a cultura da falta de preocupação em fiscalizar de quais formas os recursos públicos estão sendo utilizados e com este entendimento, poderá exigir mais clareza e ferramentas para maior compreensão do que se tem feito dentro do exercício do governo, logo possibilitará fazer das necessidades do povo uma prioridade.

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se uma pesquisa bibliográfica com objetivo de ter o embasamento teórico; documental indireta, tendo como principal fonte arquivos públicos; levantamento, pois se estabeleceu contato direto com as pessoas cujo comportamento se deseja conhecer e por último o estudo de caso para se obter o amplo e detalhado conhecimento no estudo, com abordagem qualitativa e quantitativa.

O presente trabalho está dividido em cinco partes, a introdução deste encontra-se na primeira parte. Na segunda tem-se a fundamentação teórica do trabalho, que apresenta a legitimidade e os mecanismos do Controle Social estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Na terceira parte delineou-se o processo metodológico da pesquisa. A quarta parte revela as análises e os resultados das respostas obtidas na pesquisa. A quinta e última parte foram feitas as considerações finais do trabalho.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Constituída na forma de República Federativa, o Estado Brasileiro tem em sua Constituição Federal a primeira referência de seu ordenamento jurídico. Este documento apresenta o conjunto de prescrições que discrimina as competências dos órgãos do poder, estabelecendo as formas de governo, assegurando os direitos individuais e sociais, determinando tudo com precisão e clareza, que conforme a Constituição Federal do Brasil (1988) está descrita da seguinte forma:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.

O Estado é uma instituição organizada social, política e juridicamente, o que significa que este deverá desempenhar várias funções. As seguintes definições de Estado são apresentadas por (PALUDO, 2013):

No sentido lato: é a nação politicamente organizada, que detém o poder soberano;  
 No sentido jurídico: é a pessoa jurídica de Direito Público Interno responsável pelos atos de seus agentes ou pessoas jurídicas de Direito Público Internacional;  
 No sentido social: é um agrupamento de pessoas que residem em um determinado território e se sujeitam ao poder soberano, em que apenas alguns exercem o poder;  
 No sentido político e administrativo: é o exercício efetivo do poder do Governo e a administração, em prol do bem comum.

Na nossa Constituição, em seu caput do Art. 1º encontramos a expressão “Estado Democrático de Direito”. Esta expressão ao ser incluída na Constituição de 1988, permitiu maior participação dos componentes individuais e o constituinte passou a se basear em uma visão menos individualista de Estado.

Para Canotilho (1999, *apud* MATIAS-PEREIRA, p. 63, 2010) o Estado Democrático é ‘mais’ do que Estado de Direito. O elemento democrático não foi apenas introduzido para travar o poder, foi também reclamado pela necessidade de legitimação do poder.

Então podemos dizer que o Estado Democrático de Direito se deu durante um longo processo de evolução da maneira como as sociedades vieram se organizando com o passar dos anos, e as reflexões do povo sobre qual seria a melhor forma de organizar uma sociedade com a finalidade de atender o interesse comum. A lei passou a representar as vontades dos cidadãos, pois é a partir do comportamento destes que acontece o desenvolvimento das

sociedades, devendo assim ser por todos respeitados, fazendo legítimo o princípio da soberania popular, que esta consagrada no parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal de 1988, que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.

## 2.1 A Administração Pública

Administração envolve a interpretação de objetivos a fim de transformá-los em ação organizacional por meio de planejamento, da organização, da direção e do controle. No sentido amplo a administração pública deve ser entendida como todo sistema de governo, conjunto de ideias, atitudes, normas, processos, instituições e a conduta humana como fatores determinantes na distribuição do exercício da autoridade política de como se atendem aos interesses públicos (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Em outras palavras podemos dizer que a administração pública são todas as ações que tem a finalidade de realizar ou cumprir a vontade pública. Assim a administração pública pode ser percebida como a estrutura do poder executivo que tem por missão coordenar e implementar políticas públicas. Apresenta-se como um conjunto de atividades direcionadas a efetivação concreta das tarefas consideradas de interesse público ou comuns numa coletividade.

Segundo Bobbio (2007) a expressão administração pública designa o conjunto de atividades diretamente destinadas à execução das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal.

É altamente relevante destacar que todos os acontecimentos que ocorrem dentro de uma grande parcela das organizações públicas são afetados por vários campos do conhecimento, como a Ciências Políticas, Administração, Economia, Contabilidade, Direito, História, entre outras.

A administração pública tem uma relação estreita com o governo, onde ambas podem ser confundidas. Nesse sentido, destaca Meirelles (1990, *apud* MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 36):

Governo é atividade política e discricionária; administração é atividade neutra, normalmente vinculada à lei ou à forma técnica. Governo é a conduta independente; administração é conduta hierarquizada. O governo comanda com responsabilidade constitucional e política, mas sem responsabilidade profissional pela execução; Administração executa sem responsabilidade constitucional ou política, mas com responsabilidade técnica e legal pela execução. A administração é o conjunto instrumental de que dispõe o Estado para pôr em prática as opções políticas do governo.

Portanto a administração pública poderá ser entendida como todo serviço imediato e útil realizado pelo Estado a fim de atender as necessidades da coletividade, ancorada a algumas pessoas jurídicas e órgãos atribuídos a estes por lei para exercer funções administrativas do Estado, sendo seu principal objetivo, atender o interesse público pautando todas as suas ações nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

## **2.2 Participação dos Cidadãos na Administração Pública**

Ao longo dos últimos anos a sociedade passou e vivenciou diversas mudanças com relação ao papel do Estado. A transição da desburocratização do Estado para o Estado de Direito, fica submetido à lei.

A participação administrativa do cidadão vai possibilitar a interferência na atividade administrativa do Estado, perpetuando os interesses da coletividade, amparados por instrumentos legais que garantem os meios pelos quais o povo deve ser mais ativo na Administração Pública.

As constituições evoluíram ao reconhecer os direitos sociais, ao lado dos direitos individuais civis e políticos, e ao promover a abertura do Estado à efetiva participação do povo em sua gestão e controle. Isto porque o povo é o titular legítimo do poder estatal, cujo exercício pode ser direto ou por meio de representantes. Deste modo o povo brasileiro decidiu que o Brasil deve ser um Estado Democrático de Direito, esta decisão se apresenta no art 1º da nossa Constituição Federal (CF) promulgada em 5 de outubro de 1988, logo, em síntese nossa democracia é participativa (CGU, 2012).

Antunes Rocha(1990 *apud* Dalmolin 2002, p.29) em virtude das mudanças discorre:

A postura do ser humano em face de si mesmo e em relação ao outro fez com que se configurasse uma nova realidade política e daí surgisse uma nova sociedade renascida sob um novo interesse e, ainda que mesmo em seu espírito e em sua vivência na busca de ser feliz, o ser humano se recoloca perante o mundo com o novo enfoque e percorrendo novos caminhos. Estes introduziram na andança histórica política do homem o fenômeno da socialização, que revela na dupla face da condição pessoal e da condição social do homem.

Então, a democracia participativa deve ser entendida pela sociedade como complemento da democracia representativa, sendo a última formada por representantes escolhidos e eleitos pelo povo para a personificação dos interesses dos cidadãos. Com isso

vale ressaltar que o povo brasileiro optou pela participação da gestão e controle do Estado brasileiro, e para entender sobre a gestão e o controle buscou se organizar.

Segundo SALLES (2010) a participação da sociedade é fundamental para ponderar os problemas da cidade, onde “a pluralidade enriquece o debate político e isso se perde se os interlocutores ficam restritos aos representantes eleitos”.

Em vista disso, a participação do cidadão na política não deve se resumir só a eleição, porque são as ações que vão além do pleito que servirão para fortalecer o regime democrático e dar a prioridade naquilo que for a real necessidade dos cidadãos.

### **2.3 A Participação Popular na Constituição Federal de 1988**

A Constituição Federal de 1988 definiu o Brasil como Estado Democrático de Direito no qual criou um novo molde para a gestão pública a fim de despertar a participação popular, e para que seja entendida como exercício pleno de cidadania, tornando o indivíduo consciente de seu papel na busca pelas melhorias do bem estar da sociedade.

A efetivação da garantia dos direitos ao acesso á informações é bem recente, Lei nº 12.527/2011 conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI, abarca e elenca os métodos que dá o direito, previsto na Constituição, a qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos, de todos os entes e Poderes, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas, tendo suas diretrizes dispostas no art. 3º deste instrumento:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

A LAI regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Art. 5º - [...]

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado”.

Art. 37 - [...]

§3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos do governo.

Art. 216 – [...]

§2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Essas leis estão previstas na CF de modo que permitem dar maior clareza e significância para a participação da população no controle das ações desenvolvidas pela gestão pública, e além de garantir a divulgação das informações tem o dever de inserir os cidadãos no contexto da gestão como agentes fiscalizadores e não só meros agentes que elegem seus representantes, pois para que haja o exercício do controle social é preciso que o cidadão conheça seus direitos e as leis que garantem a cidadania.

## **2.4 O Controle Social da Administração Pública**

O controle social seria a sociedade exercendo seu poder de coerção social na busca de gerar um novo molde comportamental para seus indivíduos. Então nos baseando por este aspecto, podemos levar em consideração alguns grupos da sociedade que são mais restritos que são mecanismos de controle social, por exemplo, as igrejas, associações que trabalham com recuperação de drogados.

De acordo com a Controladoria Geral da União (2012, p.17), temos:

Controle social pode ser entendido como a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de um importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania, é um complemento indispensável ao controle institucional realizado pelos órgãos que fiscalizam os recursos públicos. Essa participação é importante porque contribui para a boa e correta aplicação dos recursos públicos, fazendo com que as necessidades da sociedade sejam atendidas de forma eficiente.

Logicamente que se precisa de todo um cuidado para tentar comparações entre o controle social que a sociologia nos apresenta e o adotado aqui para se referir ao controle da Administração Pública. Mas é notória a semelhança, porque em ambos os conceitos existe o exercício de poder que a sociedade tem com o objetivo de direcionar condutas. Essa referência está sendo feita para mostrar que o controle social traz da sociologia o exercício da cidadania com a finalidade de colocar o Estado para o atendimento das necessidades dos cidadãos.

O merecimento do Estado em possuir cidadãos é extremamente importante para justificar o Controle Social. O surgimento do Estado se deu com a finalidade de garantir e guardar o direito á liberdade, á moradia, á vida, que passaram a se desenvolver de acordo coma realidade política social que viesse a surgir, o Estado então veio para assegurar e validar esses direitos para a sociedade.

Com o passar dos anos os direitos vieram evoluindo e a participação da sociedade nas decisões políticas administrativas passou a ser mais expressivas principalmente as que tangem a administração pública, se fundamenta pelos serviços que disponibiliza. Com isso o controle social não a serve somente para os cidadãos, mas também é uma ferramenta que dá ao Estado a legitimação da sua existência.

Assim Bobbio (2007) insere o Controle Social no Estado:

[...] O Estado transformando-se de Estado de direito em Estado social[...]por ser 'social', mal se distingue da sociedade subjacente que ele invade por inteiro através da regulação das relações econômicas. Observou-se, de outra parte, que a este processo de estatização da sociedade correspondeu um processo inverso, mas não menos significativo de socialização do Estado através do desenvolvimento de várias formas de participação nas opções políticas, crescimento das organizações de massa que exercem direta ou indiretamente algum poder político, donde a expressão 'Estado Social' poder ser entendida não só no sentido de Estado que permeou a sociedade, mas também no sentido de Estado permeado pela sociedade.

Podemos notar que o controle social tem a função de aproximar a sociedade da administração pública até por conta da quantidade de informação que os administrados recebem, deixando-os mais a par dos direitos que possuem, tornando-os cada vez mais capacitados para se aproximarem da administração e brigarem por seus interesses, então, quanto maior o controle social melhor poderá ser elencado quais as prioridades e necessidades comunitárias, ou seja, o exercício desta participação fiscal do povo proporcionará maior adequação das ações do estado em termos ético e eficiência.

Na teoria o controle social poderia ter uma aplicabilidade formidável senão existissem alguns entraves que impedem o cidadão de compreenderem e participarem mais das políticas públicas, além de não confiar nos gestores públicos, que elegem as suas prioridades e as realizam nas formas de programas e ações, que geralmente não estão harmonizadas com o povo então do ponto de vista geral o adequado é que haja meios de corrigir os trilhos das políticas públicas, e para isso há maior necessidade de interação dos cidadãos com o planejamento dos governos e os orçamentos públicos.

Portanto, como ponto de partida é necessário que haja a disseminação, facilitação e estímulo dos direitos da participação popular harmonizado com os princípios constitucionais com maior efetividade possível, prevendo severas penalidades aos gestores que ferirem os direitos do povo. E uma atitude idêntica deve ser empregada no tratamento e aperfeiçoamento dos mecanismos que facilitam o acesso dos cidadãos as informações que são primordiais para um controle social mais efetivo, logo mais facilidade e clareza nas informações despertará o interesse público pelo tema.

#### 2.4.1 Democracia Participativa

A democracia participativa é uma forma dos cidadãos exercerem o poder de participação que possuem nas tomadas de decisões político administrativas. Vivemos grande parte do século XX, convictos de que a maneira mais adequada para uma democracia era a representativa, cuja garantia igualdade e liberdade entre todos sem qualquer intervenção nas decisões do Estado acreditando que assim se formava o verdadeiro conceito de democracia, mas ao passar de algumas décadas os representantes já não conseguiam mais atender as demandas da sociedade.

A partir daí o conceito de democracia sofreu grandes mudanças, o povo passou a se organizar melhor em torno das várias questões que envolvem o interesse público.

Podemos entender democracia participativa como:

[...]um conjunto de experiência e mecanismos que tem como finalidade estimular a participação direta dos cidadãos na vida política através de canais de discussão de decisão. A democracia participativa preserva a realidade do Estado e a Democracia Representativa. Todavia, ela busca superar a dicotomia entre representantes e representados[...] SELL ( 2006, *apud*, M. MEDEIROS, 2014, p. 93).

Partindo da democracia representativa a democracia participativa é um instrumento utilizado para proporcionar ao povo um maior envolvimento nas questões políticas relevantes para todos os cidadãos no geral através da participação mais direta, seja pela audiência pública, iniciativa popular, referendo e plebiscito, e o orçamento participativo. Logo o tamanho e a qualidade do envolvimento dos cidadãos só poderá ser medida através do nível de participação política encontrada na sociedade a qual permite qualquer cidadão estar envolvido nos processos de formulação e decisão das políticas públicas.

Você já deve ter reclamado ou ouviu alguém reclamar dos representantes políticos, com isso é evidente o desgaste que é a representação para o povo, que com o passar dos anos

percebeu que a democracia representativa não era mais suficiente para atender as necessidades básicas da sociedade por isso a insuficiência da representação passou a ser fazer parte da agenda das reformas políticas, e alguns instrumentos foram criados para garantir a participação direta do cidadão nas deliberações em todos os níveis do governo.

#### 2.4.1.1 Orçamento Participativo

Com a constatação da ineficiência do poder público em gerir os recursos das contas públicas fez crescer nos cidadãos a consciência de sua capacidade em exigir uma melhor aplicação e eficiência no retorno do dinheiro pago nos impostos em forma de trabalho e serviço e um maior envolvimento com a administração pública.

Desta forma surgiu uma gestão pública que atendia a necessidade da população em participar dos programas sociais e administrativos, tornando a iniciativa popular nas implementações orçamentárias condizentes com as verdadeiras necessidades da população, como a participação nos investimentos do orçamento do município e conseqüentemente gerou maiores possibilidades de fiscalização e controle dos gastos.

Vale lembrar que o Orçamento Participativo, (OP), é uma forma democrática e inovadora de gestão, que possibilitou ao cidadão comum ser parte importante nos processos de decisão de implantação das políticas públicas municipais e facilitadora da troca de informações entre os setores do governo municipal e os cidadãos(PIMENTA, 2016).

O fato da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determinar a participação popular na elaboração dos planos e orçamentos não significa que isso de fato aconteça, pois como podemos observar a participação cidadã na administração pública é algo recente e com o passar dos anos foram surgindo alguns mecanismos que permitisse a aproximação do povo com a gestão, logo o orçamento participativo é um modelo de governo que precisa de ajustes tanto por parte do governo, quanto do povo, ou seja, o primeiro deve tornar clara a finalidade do orçamento participativo e os cidadãos se mostrarem mais ativo na gestão nas questões de natureza constitucional, legislativa e administrativa.



#### 2.4.1.2 Referendo e Plebiscito

São consultas realizadas ao povo para decidir o mais relevante para a sociedade no que tange as questões constitucionais, legislativas ou administrativas. Há uma diferença entre ambos: o plebiscito é convocado antes da criação do ato legislativo ou administrativo do assunto que será tratado, e o referendo, convocado após, daí a decisão estará sujeita ao povo em reforçar ou rejeitar a proposta.

Apesar de não parecerem formas de participação direta no controle dos atos da administração e que a grande maioria dos cidadãos deixa passar despercebido como mecanismo de controle social, são elementos tão necessários quanto a conhecida Lei de Responsabilidade Fiscal, pois ambos procuram regular as atividades administrativas e combater a improbidade administrativa.

Na Constituição Federal está expressa que um dos mecanismos da prática da soberania popular se dá através de consultas diretas populares, através de plebiscitos e referendos, regulando ainda que é dever do Congresso Nacional autorizar os referendo e convocar plebiscitos( LOCK, p.126, 2004).

Estas formas de participação popular é que permitirá aos cidadãos gozar dos seus direitos políticos, sobre determinados assuntos que são discutidos no Congresso Nacional, sendo meios de consulta da opinião popular nos negócios do Estado, que geralmente se divergem, cabendo ao povo acolher ou rejeitar as propostas, previstos no artigo 14 da Constituição Federal e reguladas pela Lei nº 9.709 de 18 de novembro de 1998.

#### 2.4.1.3 Audiência Pública

A Audiência Pública é um instrumento de participação popular, garantido pela Constituição Federal de 1988, é um espaço que permite os poderes Legislativos e Executivos debater e expor para a população a formulação de políticas públicas ou elaboração de um projeto de Lei. Discutidos também resultados de leis, serviços já implementados e políticas públicas.

A realização das Audiências Públicas que é prevista na Lei nº 10.257/01, é responsabilidade dos órgãos públicos e direito dos cidadãos, sendo uma forma importante da sociedade civil participar das decisões do Estado com maior influencia e controle. Então se pode dizer que as Audiências Públicas são instrumento de legitimação de decisões através da

democracia no qual o povo tem o direito de sempre se manifestar sobre a condução da coisa pública, podendo assim controlar as ações dos governantes através da prestação de contas.

Porém, para que os cidadãos possam participar das Audiências Públicas, é necessária a devida organização, e com o maior preparo possível, ou seja, está devidamente informado sobre o tema que será discutido, para maior clareza ao expressar suas opiniões, mas tudo isso já analisado dentro da comunidade para melhor exposição de seus pontos de vista, é o momento em que a comunidade pode representar seus interesses e dar opiniões junto ao poder público.

## **2.5 A *Accountability* como ferramenta de Controle Social**

É de extrema relevância que a administração pública seja transparente, exercendo seu dever de incluir os cidadãos nas tomadas de decisões, permitindo que se estabeleçam metas e a responsabilidade que os governantes devem cumprir, tornando público o responsável, caso as metas preestabelecidas não sejam realizadas, dando o direito dos cidadãos de descartar o governante que não conseguiu atender as necessidades do povo durante o próximo processo eleitoral.

Para maior consciência popular política, é necessário o amadurecimento da democracia participativa, pois à medida que amadurece o cidadão vai passando a entender o seu papel de consumidor dos serviços públicos isoladamente e objeto que compõe as decisões políticas administrativas. O exercício da cidadania organizada fará com que o povo passe a entender e organizar melhor seus interesses até atingir o total controle sobre o Estado, para isto é necessário utilizar instrumentos que induzam a participação cidadã.

O termo *accountability* pode ser aceito como o conjunto de mecanismos e procedimentos que induzem os dirigentes governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações à sociedade, garantindo-se dessa forma maior nível de transparência e a exposição pública das políticas públicas. ( MATIAS-PEREIRA, p.78, 2012).

O desenvolvimento deste processo de consciência política mostrará qual a diferença e complementaridade do Estado e sociedade civil que é essencialmente político, legitimado pela Constituição Federal. Então pode-se entender a *accountability* como uma questão democrática, pois permite que os indivíduos e as organizações estejam passíveis de sofrerem sanções pelo desempenho, sendo assim um conjunto de mecanismos, abordagens e práticas adotada para se garantir e estabelecer níveis desejados de desempenho dos serviços públicos.

As imperfeições na democracia brasileira são muito significativas, mesmo com os vários mecanismos que já estão dispostos para promover a justiça social e política, com isso a *accountability* foi elaborada para evitar o abuso de poder, estabelecer responsabilidade nos atos no exercício do poder, e levar o governo a trabalhar de forma mais transparente e produtiva em prol do povo, é um mecanismo que exige maior envolvimento dos cidadãos para controlar as ações do governo, porém pouco ainda conhecida e explorada pelos cidadãos.

## 2.6 A Lei de Responsabilidade Fiscal

Em consequência da situação de desequilíbrio das contas públicas a preocupação com o planejamento do governo passou a ser presente na Constituição de 1988, mas o passo mais importante na busca desse equilíbrio foi somente com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000 - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. A LRF veio regulamentar e aperfeiçoar à sistemática que foi traçada na Constituição atribuindo novas funções ao Orçamento e á LDO.

A Lei Complementar citada estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II, do Título VI, da Constituição (BRASIL, 2000). E responsabilidade fiscal pressupõe:

- A ação transparente e planejada;
- Prevenção de riscos e correção de desvios que possam afetar as contas públicas;
- Garantia do equilíbrio das contas públicas, via cumprimento de resultados e metas entre receitas e despesas, com limites e condições para a renúncia de receita e a geração de despesas com pessoal, seguridade, dívida, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar e operações de crédito (LEI COMPLETAR Nº101, DE 4 DE MAIO DE 2000).

A LRF deixa muito claro que todas as ações da Administração Pública devem ser previamente planejadas dentro do disposto na Constituição de 1988, e ainda reforça a ligação entre planejamento e execução dos gastos públicos.

A busca pela eficiência na gestão pública brasileira e pelo equilíbrio fiscal nas contas públicas se tornou forte em 1993 com o Programa de Estabilização Econômica, que deu origem ao Plano Real. Em 1995 com o voto CMN nº162 e a criação do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados, o Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, iniciou e vem desenvolvendo junto aos governos estaduais trabalho cooperativo, tendo por objetivo o aprimoramento e a qualificação da gestão pública dessas unidades da Federação, no campo das finanças públicas. Esse trabalho do Governo Federal e dos

Governos Estaduais[...] vem trazendo resultados altamente positivos para as finanças estaduais com reflexos também nas administrações municipais(TESOUREO NACIONAL, 2002).

A transparência da Administração Pública será garantida pela disponibilização das informações sobre a execução orçamentária e também mediante incentivo à participação popular durante os processos de elaboração dos orçamentos, como assegura o artigo 48 da LRF:

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis e diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Então a LRF propõe alguns mecanismos tais como a participação dos cidadãos na elaboração de planos e orçamentos, a exposição das contas dos administradores durante todo exercício do governo, e a emissão dos relatórios periódicos da gestão fiscal e execução orçamentária para amplo acesso público, a fim de detectar e corrigir desvios, não esquecendo de ressaltar que o governo deve gastar somente o que arrecada, logo sabemos que é algo impossível na gestão pública que temos no Brasil.

Mas foi através da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, que as informações disponibilizadas foram ampliadas tanto quantitativamente como qualitativamente, além da intenção de disponibilizá-las em tempo real ao povo. Todos estes aparatos visam informar para o cidadão as ações da gestão, que no Controle Social denomina-se transparência.

O estímulo à transparência pública deve ser sem dúvida um dos objetivos basilares do atual modelo de Administração Pública, a expansão e a execução das ações do governo aos cidadãos resultarão no fortalecimento da democracia além de desenvolver o exercício da cidadania, com isto, as páginas de transparência governamental podem ser tidas como a continuidade das ações governo voltadas para publicidade das informações do exercício orçamentário das entidades e órgãos públicos.

## 2.7 Disponibilidade da informação pública

Já sabemos que para um controle social efetivo nas ações políticas administrativas é essencial o interesse dos cidadãos bem como as informações de exercício orçamentárias do governo, mas não podemos deixar de destacar se o tratamento dessas informações para torná-las públicas estão sendo de forma clara e objetiva e se a sociedade consegue realmente interpretar as informações divulgadas pelos órgãos e entidades públicas, quer sejam as publicadas em jornais e diários oficiais ou dispostas na internet.

Platt Neto (2004) apresenta a transparência em três dimensões: a publicidade, a compreensibilidade e a utilidade para as decisões.

O primeiro elemento ou dimensão da transparência é a publicidade:

I) por publicidade entende-se a ampla divulgação de informações à população, propiciando o acesso em múltiplos meios aos interessados. Pressupõe-se ainda, a oportunidade das informações fornecidas, com tempestividade e em tempo hábil ao apoio as decisões.

O segundo elemento da transparência é a compreensibilidade das informações:

II) essa dimensão relaciona-se a apresentação visual, incluindo formatação das informações(demonstrativos e relatórios), e ao uso da linguagem. Busca-se idealmente a simplicidade, a linguagem acessível e orientada ao perfil dos usuários, no sentido de aumentar o entendimento das informações.

O terceiro elemento da transparência das contas públicas é a utilidade para as decisões:

III) a utilidade está fundamentada na relevância das informações. A relevância, por sua vez, pode ou não coincidir com os interesses dos usuários. Associada a relevância, esta a confiabilidade das informações a que os usuários têm acesso, ou seja, a garantia da veracidade do que é divulgado. A comparabilidade deve ser propiciada entre períodos e entre entidades.

Para atender a primeira dimensão da transparência existem as páginas disponíveis na internet de acesso público gratuito ou podemos chamar de sítios governamentais e das organizações sociais, como os listados a seguir:

Órgão	Site	Informações
1) Senado Federal	<a href="http://www9.senado.gov.br/">http://www9.senado.gov.br/;</a>	Neste sítio são encontradas informações gerais sobre o orçamento da União, além disso, os cidadãos podem encontrar textos relacionados às Leis Orçamentárias (PPA, LDO e LOA), dispostos para amplo acesso através do portal SIGA BRASIL, que é um sistema de informação facilitador do acesso às informações dos orçamentos públicos através da internet.
2) Tribunal de Contas da União	<a href="http://portal.tcu.gov.br/">http://portal.tcu.gov.br/;</a>	O TCU dispõe informações sobre a execução orçamentária, financeira, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas a fim de garantir a legalidade, legitimidade e economicidade das ações. Além disso, fornecem informações institucionais, legislação normativa e as principais informações sobre o controle e fiscalização da transparência.
3) Secretaria do Tesouro Nacional	<a href="http://www.stn.fazenda.gov.br/">http://www.stn.fazenda.gov.br/;</a>	Neste são disponibilizadas informações sobre a utilização dos recursos financeiros de todos os entes da federação (União, Estados e Municípios).

4) Controladoria Geral da União	<a href="http://www.cgu.gov.br/">http://www.cgu.gov.br/;</a>	Este é um sítio que está mais explicitamente voltado para o Controle Social, está sempre realizando atividades relacionadas á proteção do patrimônio público e maior incremento na transparência, esclarecendo as questões que tange as formas de como e porque o controle deve ser feito. Deve ser destacado também o banner “Olho Vivo”, um programa desenvolvido pelo CGU, para incentivar o Controle Social, que promove os instrumentos que são necessários para realizar o controle do uso dos recursos públicos.
5) Câmara dos Deputados	<a href="http://www2.camara.leg.br/">http://www2.camara.leg.br/;</a>	O Portal da Câmara dos Deputados que é responsável pela parte legislativa das peças orçamentárias, e disponibiliza relatórios sobre a consolidação dos orçamentos dos estados, municípios e execução orçamentária da União, então, através deste portal é possível que os cidadãos possam acompanhar os processos legislativos que envolvem os orçamentos.

6) Orçamento Federal	<a href="http://www.orcamentofederal.gov.br/">http://www.orcamentofederal.gov.br/;</a>	A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) tem como responsabilidade de emitir parecer sobre todas as demandas que afetem o orçamento público, textos legais das peças orçamentárias (PPA, LOA e LDO), há também o Manual Técnico de Orçamento – MTO que contém informações técnicas e orçamentárias, referente ao processo de elaboração dos orçamentos.
----------------------	--	--

Então, é fato que os órgãos e entidades públicas disponibilizam as informações sobre os gastos públicos mediante acesso aos sítios aqui mencionados aonde se encontram na internet que é uma ferramenta de pesquisa que se expandiu nos últimos anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2014 mais da metade dos domicílios brasileiros passou a ter acesso à internet.

Os dados da pesquisa apontam que 36,8 milhões de casas estavam conectadas a Rede Mundial de Computadores. Indicou, também, quantidade de internautas chegou a 54,4% de pessoas acima de 10 anos, logo corresponde a 95,4 milhões de brasileiros com acesso à internet, até 2013 só se registrava acessos de computadores, e nesta pesquisa o instituto contabilizou todos os tipos de conexões: smartphones, tablets, TV's e outros dispositivos.

Não é arriscado afirmar que na sociedade brasileira a probabilidade de um cidadão ter interesse ou iniciativa própria em buscar e entender informações sobre os gastos públicos é pequena, ainda mais, quando este não atingiu a idade mínima para cumprimento do exercício



eleitoral, ou seja, participação e aproximação com a política. Então, apesar da pesquisa identificar internautas com idade abaixo dos que já estão aptos a participar da política, a pesquisa mostra a oportunidade de acesso a internet que as pessoas possuem no país.

Portanto, se há informação da gestão pública disponível conforme determina a legislação em vigor, diante da possibilidade de alcance que a internet proporciona, podemos então dizer que há um crescimento na transparência das ações e decisões políticas administrativas públicas atendendo a publicidade.

A segunda e a terceira dimensão da transparência podemos considerar como resultado da efetivação do Controle Social, ou seja, possibilitará o aprimoramento da mesma. Com a ocorrência do aprimoramento as informações poderão ser mais compreensíveis e úteis e até mesmo estabelecer as demandas pelas informações de maior interesse do povo.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, *apud* Platt Neto, 2004):

A divulgação deve, idealmente, ser adequada, justa e completa, não havendo diferença real entre esses conceitos, desde que utilizados no contexto apropriado. S informação que não for importante deve ser omitida, no sentido de facilitar a identificação e compreensão das informações relevantes.

A compreensibilidade se vincula com a formatação das informações - demonstrativos relatórios - e o uso da linguagem. Mas obviamente que essa responsabilidade na aprendizagem é dividida entre o responsável pela divulgação e os usuários dos serviços públicos.

A partir das informações levantadas ao decorrer da pesquisa conclui-se que há vários mecanismos dispostos para o exercício do controle social na Administração Pública, porém pouco efetivo devido à compreensibilidade e interesse dos cidadãos, afinal o primeiro depende do preparo cognitivo e o segundo da utilidade das informações.

Considerando esses dois aspectos, podemos dizer que o primeiro passo para a efetivação e desenvolvimento do Controle Social é a sociedade passar por uma educação fiscal que proporcionará a transformação cultural da sociedade que até então tem pratica acanhada no exercício da cidadania.

### 3 METODOLOGIA

Pesquisar faz parte de nosso cotidiano[...] visa essencialmente à produção de novo conhecimento e tem finalidade de buscar respostas a problemas e indagações teóricas e práticas(ZANELLA, p. 63, 2009). É sabido que toda e qualquer pesquisa são classificadas com base em seus objetivos(GIL, p.41. 2002), logo podemos dizer que a pesquisa é a sucessiva aproximação com a realidade que nunca acaba.

A pesquisa é *aplicada*, pois buscar gerar conhecimento para aplicá-los na prática para solucionar problemas específicos. Quanto à abordagem, esta pesquisa se classifica como *qualitativa e quantitativa*. É qualitativa, “já que se preocupa em construir uma concepção a partir dos dados que serão analisados a fim de gerar descrições e interpretações dos mesmos” (VERGARA, p. 45, 2005), e quantitativo, pois buscou traduzir em números opiniões e informações para serem analisadas.

Este trabalho objetiva buscar evidências para a falta de interesse dos cidadãos em relação ao controle e participação nas políticas públicas mesmo com toda a informação que o governo disponibiliza, logo do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa é *exploratória*, pois “visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou construir hipóteses” GIL (1991, *apud* SILVA, 2001). Então podemos dizer que pesquisas deste tipo busca aprimorar as ideias ou a descoberta de intuições.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos a pesquisa é do tipo *bibliográfica, documental indireta, levantamento e estudo de caso*. É bibliográfica, pois se fundamentou a partir de materiais já publicados em livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e periódicos dispostos em mídia eletrônica, os quais ampliaram o conhecimento na área de estudo dando sustentação teórica necessária a problematização da pesquisa e permitindo ao investigador a cobertura de um leque de fenômenos muito amplo.

Documental indireta no qual foi levantado o maior número de dados possíveis sobre o assunto pesquisado tendo como as principais fontes os arquivos públicos, fontes estatísticas (IBGE), leis e resoluções da Constituição Federal de 1988. Levantamento, as pesquisas deste tipo envolvem o contato com as pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. “Basicamente, precede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, e, seguida, mediante análise qualitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados” (GIL, p.50, 2002).

Ainda como procedimento técnico foi utilizado o estudo de caso que é uma modalidade de pesquisas utilizada que permite o estudo de um objeto, de modo que seja possível estabelecer seu amplo e detalhado conhecimento do estudo.

De acordo com Yin (2001, p. 32), um estudo de caso é uma investigação empírica que:

Investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados.

Em outras palavras o estudo de caso é um método de pesquisa que abrange fatos com lógica gerando o desenvolvimento de proposições para conduzir a coleta e a análise de dados, ou seja, é uma estratégia de pesquisa. O instrumento de coleta da pesquisa adotado foi o questionário eletrônico.

Segundo Dmitruk, “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas ordenadas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (DMITRUK, 2012, p. 189). Desejou-se que o pesquisado não sofresse influência do pesquisador ao responder o questionário, de forma que as respostas pudessem ser as mais sinceras e verdadeiras possíveis.

O formulário eletrônico utilizado como ferramenta de coleta de dados foi o Google Docs., com o objetivo de atingir o público que possui o acesso a internet, logo eles já tem o acesso a diversas ferramentas de controle social que existe, já que é o principal meio utilizado pelo governo para divulgação das informações sobre as ações governamentais. O questionário compreendeu perguntas qualitativas e quantitativas, ou seja, com opções de múltipla escolha e onde o pesquisado conseguiu expor sua opinião.

Após a aplicação dos questionários, foram feitas as análises das respostas dos pesquisados e interpretadas de acordo com que sugere o referencial teórico apresentado inicialmente.

O universo da pesquisa se configura para os moradores da capital São Luís localizado no Estado do Maranhão, que atualmente possui cerca de 1.082.935 habitantes - estimativa do IBGE 2016 - e com cerca de 96 bairros. A amostra da pesquisa foi aleatória, onde cada elemento da população tem a oportunidade igual de ser incluído na amostra, não possui uma unidade de análise específica, pois a pesquisa era propícia para atingir moradores de diversos bairros da capital.

A coleta de dados foi realizada em três partes, para melhor entendimento cada parte está relatada a seguir:

Na primeira parte, fora realizado o levantamento bibliográfico utilizando artigos científicos, livros, outras monografias, publicações de revistas para embasamento do estudo, com a finalidade de construir e adquirir o conhecimento que cerca o contexto histórico da legitimidade da participação cidadã nas políticas públicas ou em toda e qualquer ação do governo através da democracia participativa instaurada a partir da redemocratização que passará a ser garantida pela Constituição Federal de 1988.

Na segunda parte a partir de consultas a acervos eletrônicos de órgãos responsáveis pela divulgação de informações sobre o exercício do governo, além disso, os que esclarecem as dúvidas sobre as maneiras que os cidadãos podem contribuir e participar das ações do governo. Dentre eles estão o Portal da Transparência, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Secretaria do Tesouro Nacional.

E por fim, na terceira parte, foi realizada a elaboração do questionário que compreendeu onze questões e a aplicação deste. O meio de distribuição dos questionários foi o envio por e-mail e redes sociais como o facebook e whatsapp, que possibilitou o anonimato das respostas e conseqüentemente a liberdade do respondente em expor sua opinião. O questionário foi compartilhado entre os dias 27 de abril de 2017 a 10 de maio de 2017 que ao final deste prazo compreendeu 100 respondentes.

Portanto este questionário possibilitou que os cidadãos pudessem expor o seu entendimento sobre os termos que englobam o Controle Social, sobre a motivação e interesse em obter conhecimento pelo tema e qual medida poderia ser adotada para tornar a participação popular mais efetiva nas políticas públicas.

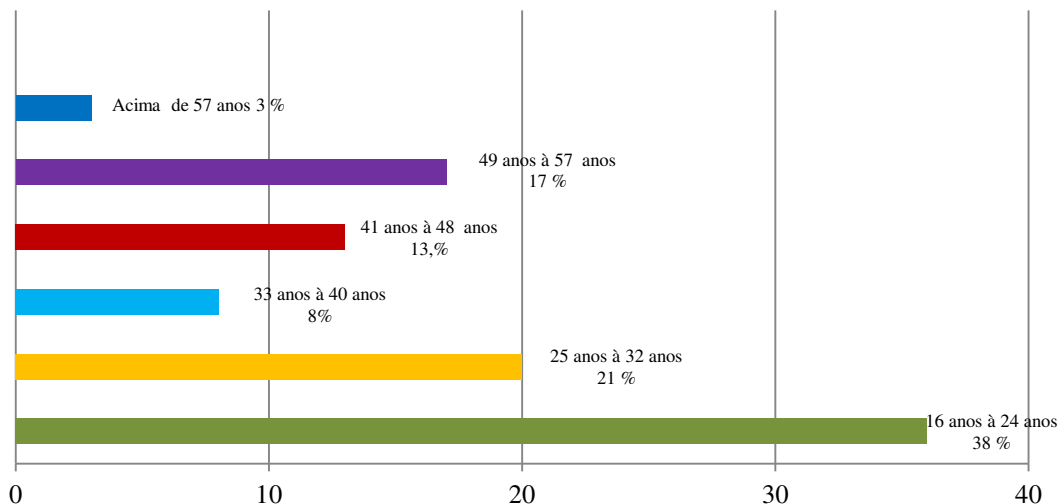
## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA

Neste capítulo será abordada a apuração dos dados levantados na pesquisa.

### 4.1 Perfil dos Pesquisados

De acordo com os dados coletados observou-se a maior participação entre pessoas com faixa etária entre 16 a 24 anos, 38% pesquisados; o menor grupo deu-se entre as pessoas com idade acima de 57 anos, 3% pesquisados.

**Gráfico 01 - Faixa Etária dos pesquisados**

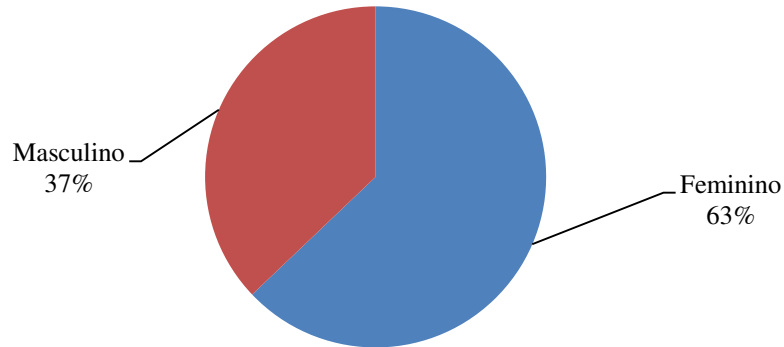


FONTE: Dados da pesquisa (2017).

Não é de se estranhar que a maior participação na pesquisa seja dos mais jovens, já que segundo o último levantamento de acesso a internet feito em 2014 pelo IBGE, os jovens são os impulsionadores do uso e acesso a rede mundial de computadores, a qual utilizamos como meio de disponibilização do questionário para a coleta dos dados.

#### 4.1.1 Sexo

Quanto ao sexo identificou-se que as mulheres foram o grupo com maior participação.

**Gráfico 02 - Sexo dos pesquisados**

**FONTE:** Dados da pesquisa (2017).

A participação de pesquisados do sexo feminino pode se justificar através de uma pesquisa realizada pelo Ibope em 2014 que aponta as mulheres como sendo a maioria entre os usuários de internet.

#### 4.1.2 Grau de instrução

Tabela 01 – Grau de instrução dos Pesquisados

<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>%</b>
Pós Graduação	2,00
Superior Completo	16,00
Superior Incompleto	32,00
Ensino Médio	44,00
Ensino Fundamental	3,00
Não se manifestaram	3,00
Total	100,00

**FONTE:** Dados da pesquisa (2017).

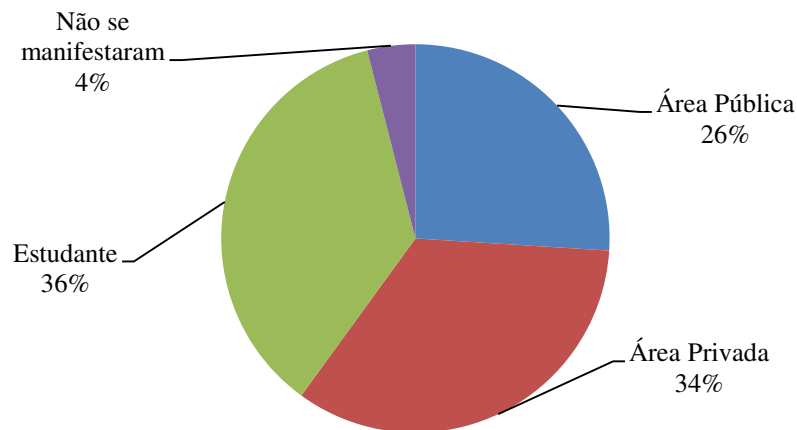
De acordo com uma pesquisa feita pelo Ministério da Educação (MEC) em 2016, é possível observar que quase 60% dos jovens em algum momento de suas vidas conciliaram trabalho e estudo. Sendo assim, se deduz que pela ânsia de se estabelecer no mercado de trabalho os jovens concluem o ensino médio e optam por se dedicar ao trabalho, ou até

conseguem iniciar o ensino superior, mas não concluem por não conseguir mais conciliar ambos.

#### 4.1.3 Profissão

Foram levantados dados quanto à profissão que o respondente exerce. O gráfico a seguir apresenta a divisão da profissão por área de atuação.

**Gráfico 03 - Profissão dos pesquisados**



**FONTE:** Dados da pesquisa (2017).

A faixa etária de maior participação na pesquisa abrange cidadãos que já estão aptos para o exercício político da gestão pública, porém, é a faixa etária que possui mais dificuldade de inserir no mercado de trabalho pela falta de experiência, segundo uma pesquisa da hintigo - site informativo que trata de temas úteis e relevantes para facilitar o cotidiano dos nossos leitores - mas uma vez que se insere, os jovens preferem dedicar-se ao trabalho, como podemos notar que o percentual de estudantes segue praticamente empatado com o dos respondentes que desempenham uma função na área de serviço privado.

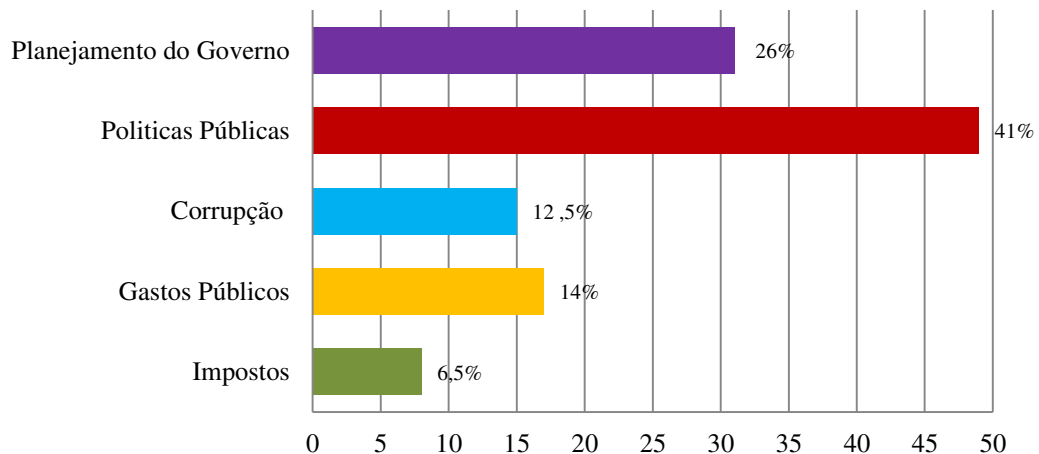
## 4.2 Dados coletados específicos ao tema

Propositadamente não se conceituou o tema central da pesquisa para a aplicação dos questionários aos pesquisados, para que assim pudessemos obter o conhecimento ou não adquirido por eles em outro momento acerca do tema proposto.

### 4.2.1 Controle Social

Apresentou-se a seguinte pergunta: qual dos termos abaixo vem na sua mente quando ouve falar sobre “Controle Social”? A finalidade foi identificar como os cidadãos que participaram da pesquisa entendem Controle Social.

**Gráfico 04 -Qual dos termos abaixo vem na sua mente quando ouve falar sobre "Controle Social"?**



**FONTE:** Dados da pesquisa (2017).

Nesta questão os pesquisados puderam escolher mais de uma das opções como resposta, em vista disso obtivemos um total de 120 respostas para essa questão. As opções relacionadas, Planejamento do Governo, Políticas Públicas, Corrupção, Gastos Públicos, Impostos, são vocábulos habitualmente utilizados nos meios de comunicação. Logo, expressões próximas ao cotidiano dos cidadãos muito embora não estejam aclaradas para melhor entendimento destas, torna-se fundamental pontuar este resultado para posteriores propostas de melhorias nos instrumentos de Controle Social.

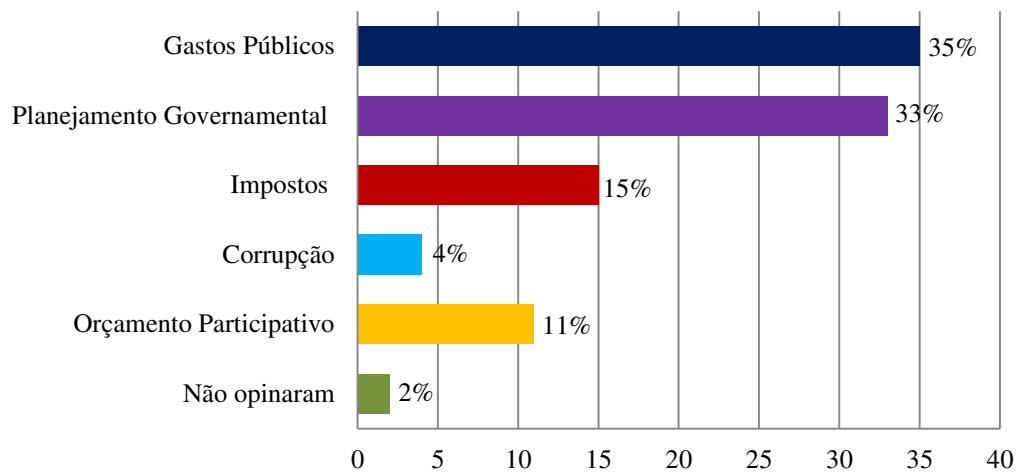


Logo, foi possível verificar que a maioria traduz “Controle Social” como “Políticas Públicas”, então, aqui se identifica com clareza que o cidadão consegue identificar conscientemente ou não, um das bases para se realizar o “Controle Social”.

#### 4.2.2 Orçamento Público

Na segunda pergunta questionou-se aos pesquisados: o que é orçamento público? Esta pergunta segue a mesma lógica da questão anterior que se diferem no tema abordado.

**Gráfico 05 - O que é Orçamento Público?**



FONTE: Dados da pesquisa (2017).

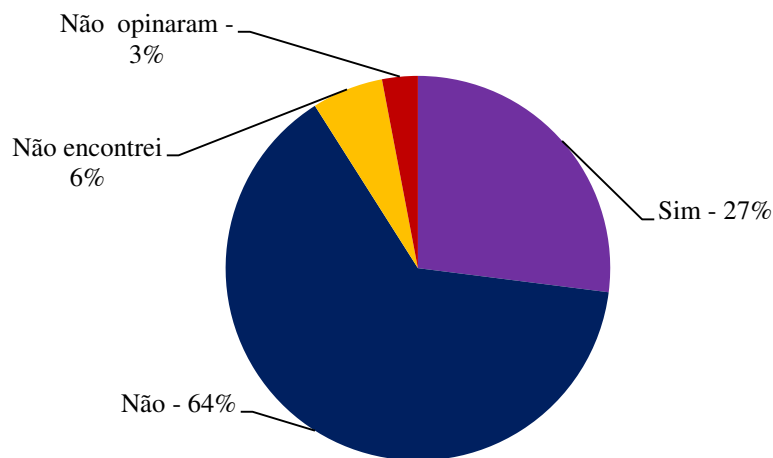
É possível verificar que os respondentes tiveram suas opiniões divididas quanto ao conceito de **orçamento público**, que foi definido respectivamente como **gastos públicos** e **planejamento governamental** em mais da metade dos respondentes. Deduz-se então que conscientes ou não, os cidadãos conseguem identificar pelo menos uma das variáveis que englobam as bases do orçamento público. Considerando obteve-se 98 respostas, logo duas pessoas não se manifestaram.

Em relação à primeira questão podemos notar que não há uma divisão de opinião quanto ao conceito de **controle social**. Há menor divisão de opiniões quanto ao tema, diferentemente quando falamos de orçamento público.

### 4.2.3 Exercício do Controle Social

O controle social acontece quando a sociedade fiscaliza o poder público e se integra com a administração pública, com a finalidade de solucionar problemas. Dentro desse contexto fez-se a seguinte indagação aos respondentes: Você já buscou fiscalizar os gastos de algum órgão público?

**Gráfico 06 - Você já buscou fiscalizar os gastos de algum órgão público?**



**FONTE:** Dados da pesquisa (2017).

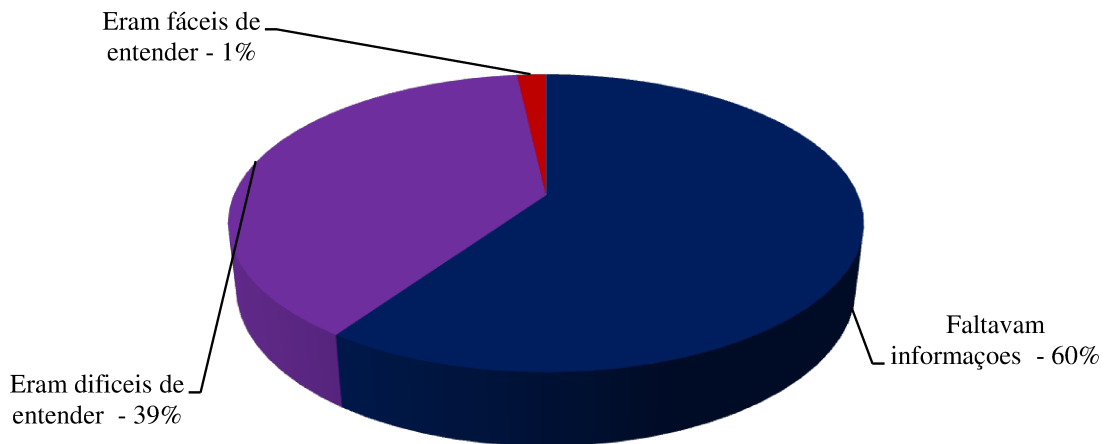
Das respostas obtidas, 64% dos pesquisados, ou seja, mais da metade nunca acessaram sequer um dos sítios governamentais que possuem dados das ações, serviços executados e informações gerenciais do governo, dentre outras informações com amplo acesso, enquanto somente 27% já o fizeram, 6% já buscaram fiscalizar, mas sem sucesso, 3% não opinou.

Foi constatado durante a pesquisa a pouca efetividade do controle social, já que fiscalizar os gastos de uma entidade pública pode ser o início de uma relação entre cidadãos e governo capaz de estabelecer a melhor alocação dos recursos públicos.

Continuando a tratar da fiscalização dos gastos públicos, indagou-se a respeito das informações disponíveis:

- A) Eram fáceis de entender;
- B) Eram difíceis de entender;
- C) Faltavam informações.

**Gráfico 07- Se já buscou fiscalizar, como eram as informações?**



**FONTE:** Dados da pesquisa (2017).

Aqui podemos extrair que as informações precisam de melhorias urgentes em sua disposição e, por conseguinte estar disponíveis, já que o maior percentual foi dos pesquisados que identificaram a falta de informações para o sucesso de compreensão.

O espantoso índice de 1% de pesquisados que entenderam com facilidade as informações, nos mostra que 99% dos pesquisados não tiveram o mesmo sucesso, e quando se compara com os 27% do gráfico anterior, que já buscaram fiscalizar um órgão público somente uma pessoa conseguiu entender as informações divulgadas, logo, constata-se que a relação entendimento e o universo de interessados é mínimo.

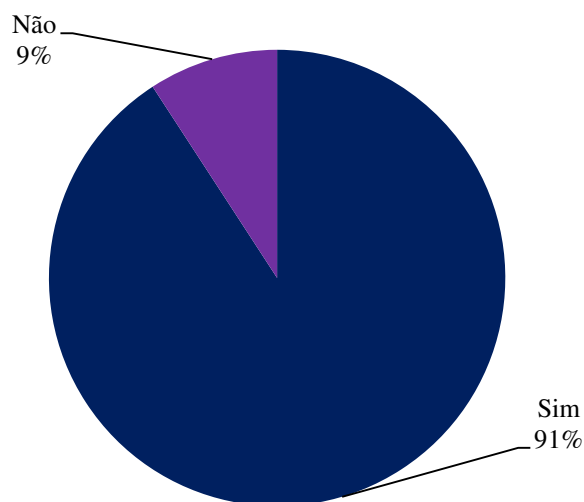
Esses dados revelam que o Controle Social segue prejudicado pela falta de informações ou por falta de conhecimento técnico para entender as finanças públicas. Este é um fator que não deve passar despercebido pela gestão pública, já que a sociedade mostra interesse em ser parte integrante das ações públicas, e quem sabe a demonstração de interesse por parte dos gestores públicos em trabalhar a difusão do conhecimento do tema possa motivar os cidadãos na busca das informações governamentais.

#### 4.2.4 Impostos

Os impostos são tarifas que os cidadãos pagam direta ou indiretamente, é uma expressão habitualmente utilizada para se referir as receitas públicas, mas os cidadãos não conhecem as classificações dos impostos, taxas e tributos para que possam determinar como cada receita foi criada. A finalidade de utilização da palavra impostos foi para que os respondentes a compreendessem como receita pública.

Dentro deste contexto fez-se a seguinte pergunta: Você tem interesse em saber como são gastos os impostos que você paga?

**Gráfico 08 - Você tem interesse em saber como são gastos os impostos que voce paga?**



**FONTE:** Dados da pesquisa (2017).

Analisando os resultados representados no gráfico observamos que a esmagadora maioria dos pesquisados respondeu sim, pelo interesse de como estão sendo gastos os impostos que pagam.

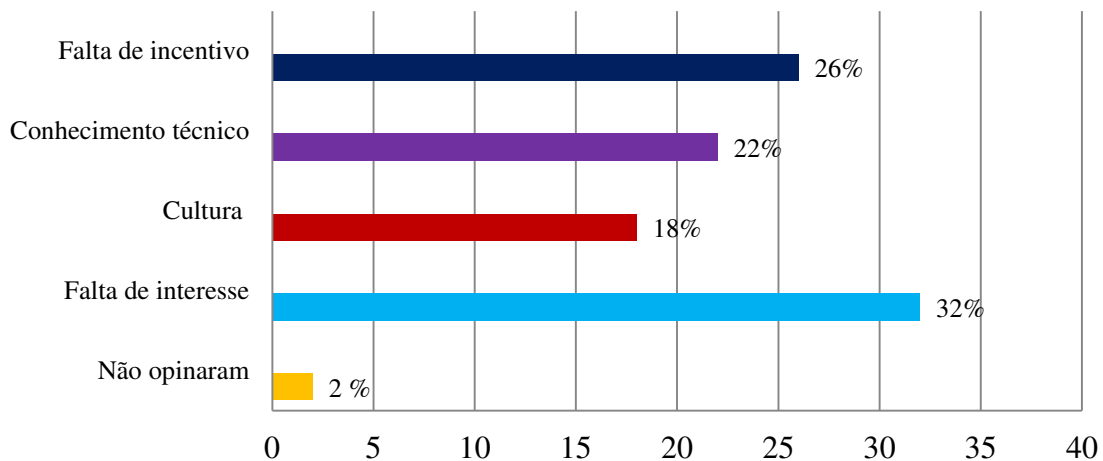
O Controle Social e o desejo dos cidadãos em saber o que os órgãos públicos arrecadam e como gastam os recursos arrecadados andam juntos, aqui percebemos a preocupação dos cidadãos com os gastos públicos.

#### 4.2.5 Opinião sobre as barreiras e o desenvolvimento do Controle Social

Sabe-se que há canais para consulta das informações necessárias para o controle social, porém ainda é pouco efetivo. Isso se dá porque do outro lado, estão os cidadãos que buscam e os que tentam conhecer essas informações, porém encontram barreiras que os atrapalham no entendimento dessas informações.

Dentro deste contexto foi questionado: em sua opinião, o que atrapalha o cidadão no entendimento das informações sobre o Orçamento Público?

**Gráfico 09 - Em sua opinião, o que atrapalha o cidadão no entendimento sobre Orçamento Público?**



**FONTE:** Dados da pesquisa (2017).

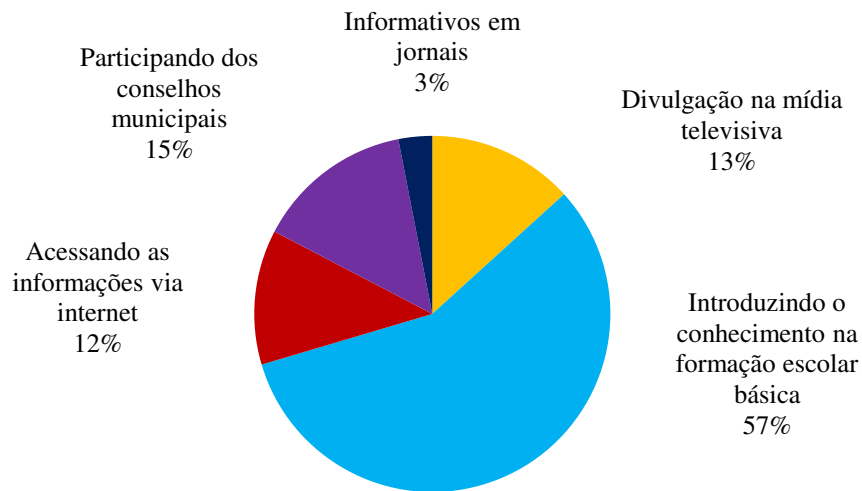
Analisando os dados coletados e apresentados no gráfico, a maioria dos respondentes aponta como agravante da dificuldade de entendimento sobre orçamento público, a falta de interesse dos cidadãos e que pode ser reafirmado através dos dados apresentados pelo gráfico 06, onde mais da metade dos respondentes nunca buscaram fiscalizar os gastos de algum órgão público.

É perfeitamente perceptível que em nosso país não há tradição no exercício do controle social, logo, isso se dá através das nossas raízes históricas, com isto podemos constatar que é um comportamento que até hoje atrapalha a compreensão das informações orçamentárias.

A segunda maior barreira do entendimento é a falta de incentivo, é um fator a ser trabalhado pelos gestores públicos, massificar o tema através de campanhas para que se inicie maior interesse pelo tema. O conhecimento técnico praticamente se iguala a falta de incentivo

no número de respondentes. Podemos dizer que o caminho para tornar o controle social mais efetivo estaria na oferta do conhecimento técnico para os cidadãos, começaria a incentivar o interesse pelo tema, e apropriaria no comportamento dos cidadãos a participação nas decisões e compreensão das ações governamentais.

**Gráfico 10 - De que forma a participação popular no Controle Social poderia melhorar?**



FONTE: Dados da pesquisa (2017).

Nesta questão foram propostas ações para contribuir com o desenvolvimento da participação cidadã no Controle Social da Administração Pública. As seguintes respostas foram oferecidas: **informativos em jornais; participando dos Conselhos Municipais; acessando as informações via internet; introduzir o conhecimento na formação escolar básica; divulgação na mídia televisiva.**

A maioria dos pesquisados responderam que introduzir o conhecimento na formação escolar básica é o caminho para melhorar a participação popular no controle social, já que foi demonstrado que as informações necessárias para que o mesmo aconteça são disponibilizadas.

Informativos em jornais e divulgação na mídia televisiva são ações já utilizadas, mas que não permitem maiores detalhamentos sobre o orçamento do governo, então se mostram ferramentas pouco eficazes em termo de processo de aprendizado para obtenção da compreensão dos fatos.

A participação nos conselhos municipais e o acesso das informações via internet, são instrumentos já existentes e que os cidadãos tem amplo acesso, mas não tornaram a

participação popular mais evidente na administração pública, mesmo porque de acordo com as indagações feita na pesquisa, a pouca efetividade da atuação das pessoas no controle social é por conta da falta do instrumento cognitivo necessário para compreender as informações, logo não haverá motivos para desencadear interesse dos cidadãos pelo tema, a menos que se construa o conhecimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela aspectos importantes da compreensão e o interesse da sociedade em relação do Controle Social. Destacam-se os principais resultados:

- a) A compreensão de que controle social está ligado a políticas públicas e planejamento governamental;
- b) A compreensão de que orçamento público está relacionado com gastos do governo e planejamento governamental;
- c) Apenas 27% dos pesquisados já buscaram fiscalizar os gastos de um órgão público;
- d) Somente um dos respondentes que já buscou fiscalizar considerou as informações de fácil compreensão;
- e) 91% dos cidadãos ouvidos têm interesse em saber como são gastos os impostos pagos;
- f) A maioria dos pesquisados disseram que a não compreensão sobre o orçamento público é a falta de interesse dos cidadãos;
- g) E por fim, mais da metade dos respondentes consideram que o caminho para melhorar a participação popular no controle social é introduzindo o conhecimento na formação escolar básica dos cidadãos com idade mínima para participação dos processos eleitorais.

Extrai-se com base nos resultados da pesquisa que os cidadãos têm a percepção correta do que é controle social e que possuem a principal ferramenta de disponibilização das informações orçamentárias do governo que é a internet, uma vez que o questionário da pesquisa foi aplicado através desta.

A distância entre o exercício da atividade pública da população e o que é o controle social se mostra grande. Nota-se que o cidadão sabe do que se trata, sabe que as informações estão disponíveis, mas encontra fatores que impedem o interesse e a compreensão, logo está explícito a necessidade de melhoria na disposição das informações para aclarar o entendimento, e ainda estar disponíveis uma vez que alegaram faltar informações.

A oportunidade de construção do conhecimento foi dada como a melhor saída para tornar mais efetivo o exercício do controle social, já que incitar o instrumento cognitivo é



uma maneira de incentivar a participação cidadã, e com o conhecimento aclarado as informações serão assimiladas fazendo-se úteis, vez que se trata de uma área com complexidade técnica. A medida proposta parece oferecer resultados em longo prazo, mas considerando a situação atual, uma democracia participativa de verdade pode ser o passo mais significativo para tornar o conhecimento mais amplo onde a possibilidade dos cidadãos que estiverem no processo de aprendizado influenciarem outros cidadãos será muito maior, uma vez que as ações do governo deve ser “problema” de todos.

Já existem experiências que direcionam para os achados desta pesquisa, como exemplo temos, O Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, organização social que trabalha para ampliar a participação social nas políticas públicas aprimorando os processos democráticos, visando a garantia dos direitos humanos por meio das políticas e instrumental orçamentário.

Com a mesma finalidade, a Controladoria Geral da União – CGU disponibiliza programas como o “Educação cidadã” e o “Programa Olho Vivo no Dinheiro Público”, que realiza ações através da capacitação voltada para o público adulto e infantil utilizando como principal aliada a escola virtual para difundir o conhecimento oferecendo cursos gratuitos aos cidadãos.

O exercício do Controle Social é dever de cada cidadão e não apenas um mero direito. A abertura para a participação popular na administração pública teve a finalidade de tornar os cidadãos como parte no processo do planejamento público e não um simples, acionista do governo, desmistificando a relação o governo arrecadador e cidadãos contribuintes.

É de conhecimento dos cidadãos que de fato existem institutos e ferramentas de controle, nesse sentido a publicidade e transparência dos atos da administração pública vem sendo garantidos, mas a participação efetiva dos cidadãos nesses atos está longe do desejável, vez que só a publicidade dos dados não é suficiente.

Pode-se afirmar que sem o mínimo de conhecimento técnico necessário nunca será possível a percepção, pelo cidadão, dos atos da gestão pública.

O Controle Social efetivo só se dará quando a sociedade conseguir se organizar politicamente, pois assim saberá interferir na destinação recursos públicos redirecionando o caminho das políticas públicas e de toda e qualquer decisão que possa atingir a sociedade.

Para tal mudança a construção do conhecimento deve ser feita durante formação escolar básica dos jovens cidadãos que estejam próximos a atingir a idade mínima para o exercício político, já que estão mais aptos para saberem avaliar as ações propostas pelo

governo. Essa mudança deverá ocorrer na forma de disseminação do conhecimento garantindo uma formação linear de aprendizado.

Portanto os resultados mostrados aqui apontam para a necessidade de se instalar no ensino médio o processo de aprendizagem dos cidadãos sobre o exercício do controle social, considerando que a parte dos cidadãos que receberem o conhecimento passarão a estar aptos a participar, fiscalizar e questionar as ações da gestão pública além de difundir o que aprendeu aos demais cidadãos, essa produção de conhecimento oferecerá aos cidadãos o empoderamento sobre a temática de modo a contribuir com as ações do governo de forma positiva. Fica então evidente que existem aparatos para caminhar em direção ao desenvolvimento da democracia.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Soraia. **20, 30, 40, 50: Veja com qual idade é mais difícil encontrar emprego.** Hintigo. Disponível em: <https://hintigo.com.br/com-qual-idade-e-mais-dificil-de-encontrar-um-emprego/>. Acesso em: 13 de Maio de 2017.

BRASIL. **Câmara dos Deputados.** Orçamento Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil>>. Acesso em: 14 mai.2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providencias. Brasília: Congresso Nacional, 2000.

BOBBIO, Norberto. **ESTADO, GOVERNO, SOCIEDADE:** Para uma teoria geral da política. 12ª Edição Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. Tradução: Marco Aurélio Nogueira.

BUGARIN, Maurício Soares; VIEIRA, Laércio Mendes; GARCIA, Leice Maria. **Controle dos Gastos Públicos no Brasil: Instituições oficiais, controle social e um mecanismo para ampliar o envolvimento da sociedade.** Rio de Janeiro: Konrad-adenauer-stiftung, 2003.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha; PAIVA, Rodrigo Márcio Medeiros. **O Controle Social na Administração Pública:** Propostas para Estruturar e Estimular seu Desenvolvimento. [ S.I.: s. n.], [200-].

\_\_\_\_.Controladoria Geral da União. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégica: Controle Social. **Olho Vivo no dinheiro do público.** Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/controle-social/olho-vivo>>. Acesso em: 06 de maio de 2017.

DALMOLIN, Luciano. **PARTICIPAÇÃO SOCIAL, CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.** Departamento de Direito Público/ UFPR. Curitiba, 2002.

DMITRUK, Hilda Beatriz. **Cadernos Metodológicos:** diretrizes do trabalho científico. 8ª edição. Chapecó: Argos, 2012.

GOMES, Helton Simões. **Internet chega pela 1ª vez a mais de 50% das casas no Brasil.** G1 – O portal de notícias da Globo. São Paulo, 2016. Disponível em:<<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/internet-chega-pela-1-vez-mais-de-50-das-casas-no-brasil-mostra-ibge.html>>. Acesso em: 13 de mai.2017.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. P. 79-108.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_.**Homepage do Centro Regional de Estudo para Desenvolvimento da Sociedade**. CETIC. 2013. Disponível em: <<http://www.cetic.br/pesquisa/centros-publicos/publicacoes>>. Acesso em: 01 Abr. 2017.

\_\_\_\_\_.**Homepage do Senado Federal do Brasil**. Siga Brasil. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>>. Acesso em: 10 de mai.2017.

\_\_\_\_\_.**Homepage da Secretaria de Orçamento Federal**. Disponível em:<<http://www.orcamentofederal.gov.br/>>. Acesso em: 10 de mai.2017.

\_\_\_\_\_.**Homepage do Tribunal de Contas da União**. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/controle-e-fiscalizacao/>>. Acesso em: 12 de mai. 2017.

\_\_\_\_\_.**Homepage da Controladoria Geral da União**. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/>>. Acesso em: 14 de mai. 2017.

\_\_\_\_\_.**Homepage do Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em:<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-e-referendo>>. Acesso em: 13 de mai.2017.

\_\_\_\_\_.Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000. **Lei de Responsabilidade Fiscal**.Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11238936/artigo-48-lc-n-101-de-04-de-maio-de-2000>>. Acesso em: 3 de Abr. 2017.

LOCK, Fernando do Nascimento. **Participação Popular no Controle da Administração Pública**: um estudo exploratório. Revista Eletrônica de Contabilidade: Curso de Ciências Contábeis UFSM, Santa Maria - RS, v. 1, n., 122. Disponível em: <<http://www.ufsm.revistacontabeis/artigos/vIn0/a07vIn01.pdf>>. Acesso em: 15 de mai. 2017.

MATIAS PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4. Ed. Ver. atual.São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS PEREIRA, José. **Governança no Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, Alexandre M.. **DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**. Consciência Política, 2014. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br>>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

**Mulheres são maioria entre usuários de internet no Brasil.** G1 – O portal de notícias da Globo. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/02/mulheres-sao-maioria-entre-usuarios-de-internet-no-brasil-diz-pesquisa.html>>. Acesso em: 14 de maio de 2017.

PALUDO, Augustinho. **Administração pública.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PIMENTA, C. P.; SILVA, M. A.; ZENNI, A. S. V. **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - INSTRUMENTOS DE GARANTIAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA PRÁTICA DA CIDADANIA.** ACTIO REVISTA DE ESTUDOS JURIDICOS. Faculdade de Maringá, vol. II, n. 26, 2016.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; VIEIRA, Audi Luiz. **Transparência das contas públicas das universidades:** um enfoque no uso da internet como instrumento de publicidade. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Gestão universitária na América do Sul. INPEAU. Florianópolis, 2004.

SALLES, Helena da Mota. **Gestão Democrática e Participativa.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFCS; (Brasília): CAPES: UAB, 2010.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. Ed. Ver. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância UFSC, 2001.

SARAIVA, Alexandre. **Mais da metade da população brasileira acessa a internet.** Valor econômico. Disponível em: [ww.valor.com.br/brasil/4513070/mais-da-metade-da-populacao-brasileira-acessa-internet-aponta-ibge](http://ww.valor.com.br/brasil/4513070/mais-da-metade-da-populacao-brasileira-acessa-internet-aponta-ibge). Acesso em: 15 de Maio de 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

ZENI, Solange. **Sistema de controle interno dos municípios.** Ijuí, RS: Unijuí, 2004.

ZINET, Caio. **Pesquisa aponta que maioria dos jovens brasileiros concilia trabalho e estudo.** Centro de Referência em Educação Integral. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/reportagens/pesquisa-aponta-maioria-dos-jovens-brasileiros-concilia-trabalho-estudo/>>. Acesso em: 15 de Maio de 2017.

YIN, Robert K. Estudo de caso: **planejamento e métodos.** 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICE

**APÊNDICE A- PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

**QUESTIONÁRIO DA PESQUISA**

1- Qual sua faixa etária?

( ) 16 anos a 24 anos

( ) 25 anos a 32 anos

( ) 33 anos a 40 anos

( ) 41 anos a 48 anos

( ) 49 anos a 57 anos

( ) Acima de 57 anos

2- Sexo

( ) Feminino

( ) Masculino

3- Grau de instrução

( ) Pós Graduado

( ) Superior Completo

( ) Superior Incompleto

( ) Ensino Médio

( ) Ensino Fundamental

4- Profissão

( ) Área Pública

( ) Área Privada

( ) Estudante

- 5- Qual dos termos abaixo vem na sua mente quando ouve falar sobre “Controle Social”?
- Planejamento do Governo
  - Políticas Públicas
  - Corrupção
  - Gastos Públicos
  - Impostos
- 6- O que é o “Orçamento Público”?
- Gastos Públicos
  - Planejamento Governamental
  - Impostos
  - Corrupção
  - Orçamento Participativo
- 7- Você já buscou fiscalizar os gastos de algum órgão público?
- Sim
  - Não
  - Não tenho interesse
  - Não encontrei
- 8- Se já buscou fiscalizar, como eram as informações?
- Eram fáceis de entender
  - Eram difíceis de entender
  - Faltavam informações
- 9- Você tem interesse em saber como são gastos os impostos que você paga?
- Sim
  - Não
  - Não tenho interesse



10- Em sua opinião, o que atrapalha o cidadão no entendimento das informações sobre o Orçamento Público?

- Falta de incentivo
- Conhecimento teórico
- Cultura
- Falta de interesse

11- De que forma a participação popular no Controle Social poderia melhorar?

- Informativos em jornais
- Participando dos Conselhos Municipais
- Acessando as informações via internet
- Introduzir o conhecimento na formação escolar básica
- Divulgação na mídia televisiva